



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

FORMULÁRIO PARA FORNECIMENTO DE DADOS PARA INSTRUÇÃO DO OFÍCIO PRECATÓRIO

Ofício Precatório - Beneficiário dos Honorários Sucumbenciais

Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça

ATENÇÃO, ADVOGADO(A)! Caso você tenha sido intimado(a) pelo juízo da execução para apresentar os dados necessários para a instrução do Ofício Precatório, preencha este formulário e acoste-o nos autos do processo judicial e no processo SEI informado na intimação, para que o juízo dê o regular processamento do Ofício Precatório.

Juízo de origem da requisição de pagamento _____

Juízo onde tramitou a fase de conhecimento, caso divirja daquele de origem da requisição de pagamento _____

Exmo(a). Senhor(a) Juiz(íza),

Em resposta à intimação proferida nos autos do processo judicial, apresento os dados necessários para a instrução do Ofício Precatório, nos moldes da Resolução CNJ nº 303/2019 e da Portaria nº 5.047/PR/2021.

REQUISIÇÃO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO

1. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

- 1.1. Numeração única do processo judicial _____
- 1.2. Número originário anterior, se houver _____
- 1.3. Número do processo de execução ou cumprimento de sentença, no padrão estabelecido pelo CNJ, caso divirja do número da ação originária _____
- 1.4. Data do ajuizamento ____/____/____
- 1.5. Data da citação na fase de conhecimento do processo judicial ____/____/____
- 1.6. Data do trânsito em julgado da sentença ou do acórdão lavrado na fase de conhecimento do processo judicial ____/____/____
- 1.7. Data da intimação da Fazenda Pública para impugnar a execução ____/____/____
- 1.8. Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou da decisão que resolveu a impugnação ao cálculo no cumprimento de sentença, ou do decurso do prazo para sua apresentação ____/____/____

2. INFORMAÇÕES SOBRE A REQUISIÇÃO

- 2.1. Natureza do crédito ☐ Alimentar/Preferencial (Art. 100, §1º, CR/88) ☐ Comum

ATENÇÃO! Os honorários advocatícios sucumbenciais consubstanciam verba de natureza alimentar, conforme o entendimento consolidado na Súmula Vinculante n.º 47 do Supremo Tribunal Federal.

- 2.2. Assunto a que se refere a requisição, de acordo com a Tabela Única de Assuntos (TUA), disponível em https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php

- 2.2.1. Código n.º _____ 2.2.2. Assunto _____

- 2.3. Data da intimação das partes quanto ao inteiro teor do Formulário Ofício Precatório (prévia à apresentação da requisição ao Tribunal) ____/____/____

- 2.4. Ação de natureza salarial ☐ Sim ☐ Não

SE A RESPOSTA ASSINALADA ACIMA FOR "SIM", INFORME:

- 2.4.1. Órgão a que estiver vinculado o empregado ou servidor público, civil ou militar, da administração direta (caso conste dos autos) _____

- 2.4.2. Condição ☐ Ativo ☐ Inativo ☐ Pensionista

2.5. Tipo de Requisição

- ☐ Originária (requisita o valor integral devido ao beneficiário do crédito)
- ☐ Parcial (requisita o valor incontroverso, não-embargado ou não-impugnado)
- ☐ Complementar (requisita o pagamento de diferenças, juros ou correção monetária, que não constaram na requisição originária)
- ☐ Suplementar (requisita o valor residual, controverso, que não constou na requisição parcial ou o valor que deixou de constar na requisição originária por erro material)

SE A RESPOSTA ASSINALADA ACIMA FOR "PARCIAL", INFORME:

2.5.1. Data do reconhecimento da parcela incontroversa ____/____/____

2.6. O crédito foi objeto de penhora? ☐ Sim ☐ Não

SE A RESPOSTA ASSINALADA ACIMA FOR "SIM", INFORME:

2.6.1. Número do processo que originou a penhora _____

2.6.2. Juízo interessado _____

2.6.3. Nome do beneficiário da penhora _____

2.6.4. Valor penhorado R\$ _____

2.6.5. Data-base ____/____/____

ATENÇÃO! Havendo de pluralidade de penhoras, deve ser emitida uma certidão contendo as informações pertinentes a cada constrição.

2.6.6. ID da certidão _____

3. INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR

3.1. Entidade devedora / Ente devedor _____

3.2. CNPJ n.º _____

3.3. Teto limite da RPV vigente na data do trânsito em julgado da sentença da fase de conhecimento

3.3.1. Número da lei que estabeleceu o teto limite da RPV _____

3.3.2. Data da publicação ____/____/____

ATENÇÃO! Deve ser encaminhada a cópia da lei que estabeleceu o teto limite da RPV vigente na data do trânsito em julgado da sentença da fase de conhecimento, bem como do normativo mais recente, se houver.

3.4. Nome do procurador que representa o devedor _____

3.4.1. CPF n.º _____

3.4.2. OAB n.º _____

3.4.3. E-mail utilizado no cadastro como usuário externo no SEI _____

4. INFORMAÇÕES SOBRE O BENEFICIÁRIO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

ATENÇÃO! Havendo SUCESSÃO HEREDITÁRIA ou CESSÃO TOTAL dos honorários advocatícios sucumbenciais, os campos 4.1. a 4.10. devem ser preenchidos com as informações relativas ao(s) sucessor(es) ou cessionário(s). Os dados pertinentes ao beneficiário originário dos honorários advocatícios sucumbenciais (de cujus ou cedente) devem ser informados no campo 4.11. Se houver mais de um sucessor, deverão ser expedidos ofícios precatórios individualizados, de acordo com o disposto no art. 7º, § 3º, da Resolução 303/2019 do CNJ.

4.1. Nome do beneficiário dos honorários advocatícios sucumbenciais _____

4.2. Nome social, se for o caso (Res. n.º 270/2018, do CNJ, art. 3º) _____

4.3. CPF/CNPJ ou RNE n.º _____

ATENÇÃO! Os ofícios precatórios deverão ser expedidos somente quando verificada a situação regular do CPF ou ativa do CNPJ, junto à Receita Federal ou ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC, conforme regulamentação dos órgãos competentes, nos termos do art. 6º, §3º, da Res. 303/2019 do CNJ.

4.4. PIS/PASEP ou NIT n.º _____

4.5. OAB n.º _____

4.6. E-mail utilizado no cadastro como usuário externo no SEI _____

ATENÇÃO! Deve ser concedido à parte autora/cessionária o acesso externo ao processo SEI iniciado, para acompanhamento do feito. Sugere-se que o prazo de acesso seja por tempo indeterminado (sugestão: 9999 dias).

4.7. Data de nascimento ____/____/____

4.8. Tipo de superpreferência (exclusivo para crédito de natureza alimentar)

☐ Doença grave ☐ Idade (maior de 60 anos) ☐ Deficiência ☐ Não se aplica

4.8.1. Houve deferimento da superpreferência perante o juízo da execução?

☐ Sim ☐ Não

4.9. Condição do beneficiário dos honorários advocatícios sucumbenciais

☐ Espólio ☐ Incapaz ☐ Menor ☐ Massa falida ☐ Não se aplica

SE A RESPOSTA ASSINALADA ACIMA FOR "ESPÓLIO", "INCAPAZ", "MENOR" OU "MASSA FALIDA", INFORME:

4.9.1. Nome do representante legal _____

4.9.2. CPF/CNPJ ou RNE n.º _____

4.9.3. OAB n.º (se for o caso) _____

4.10. Dados bancários do beneficiário dos honorários advocatícios sucumbenciais ou do seu representante legal

4.10.1. Titular da conta _____

4.10.2. Banco (nome) _____

4.10.3. Agência _____

4.10.4. Conta n.º _____ ☐ Corrente ☐ Poupança

4.11. Os honorários advocatícios sucumbenciais foram objeto de sucessão hereditária ou cessão (total ou parcial)? ☐ Sim ☐ Não

SE A RESPOSTA ASSINALADA ACIMA FOR "SIM", INFORME:

☐ Houve sucessão hereditária dos honorários advocatícios sucumbenciais

☐ Houve cessão TOTAL dos honorários advocatícios sucumbenciais

☐ Houve cessão PARCIAL dos honorários advocatícios sucumbenciais

SE A RESPOSTA ASSINALADA ACIMA FOR "HOUE SUCESSÃO HEREDITÁRIA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS" ou "HOUE CESSÃO TOTAL DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS", INFORME:

4.11.1. Nome do beneficiário originário (de cujus ou cedente) _____

4.11.2. CPF/CNPJ ou RNE n.º _____

4.11.3. Data da escritura pública de cessão ou da liquidação que fundamentou a cessão TOTAL, se for o caso
____/____/____

4.11.4. Nome do advogado que representa o cessionário _____

4.11.4.1. CPF n.º _____

4.11.4.2. OAB n.º _____

4.11.4.3. E-mail utilizado no cadastro como usuário externo no SEI _____

ATENÇÃO! Deve ser concedido à parte autora/cessionária o acesso externo ao processo SEI iniciado, para acompanhamento do feito. Sugere-se que o prazo de acesso seja por tempo indeterminado (sugestão: 9999 dias).

SE A RESPOSTA ASSINALADA ACIMA FOR "HOUVE CESSÃO PARCIAL DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS", INFORME:

4.11.5. Percentual cedido (em caso de cessão PARCIAL) % _____

4.11.6. Nome do beneficiário originário (cedente) _____

4.11.6.1. CPF/CNPJ ou RNE n.º _____

4.11.7. Nome do cessionário/cobeneficiário _____

4.11.7.1. CPF/CNPJ ou RNE n.º _____

4.11.8. Data da escritura pública de cessão ou da liquidação que fundamentou a cessão PARCIAL, se for o caso
____/____/____

4.11.9. Nome do advogado que representa o cessionário _____

4.11.9.1. CPF n.º _____

4.11.9.2. OAB n.º _____

4.11.9.3. E-mail utilizado no cadastro como usuário externo no SEI _____

ATENÇÃO! Deve ser concedido à parte autora/cessionária o acesso externo ao processo SEI iniciado, para acompanhamento do feito. Sugere-se que o prazo de acesso seja por tempo indeterminado (sugestão 9999 dias).

5. INFORMAÇÕES SOBRE O ADVOGADO DO BENEFICIÁRIO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

O beneficiário dos honorários advocatícios sucumbenciais está atuando em causa própria? ☐ Sim ☐ Não

SE A RESPOSTA ASSINALADA ACIMA FOR "NÃO", INFORME:

5.1. Nome do advogado que representa o beneficiário dos honorários sucumbenciais _____

5.2. CPF n.º _____

5.3. OAB n.º (se for o caso) _____

5.4. E-mail utilizado no cadastro como usuário externo no SEI _____

ATENÇÃO! Deve ser concedido à parte autora/cessionária o acesso externo ao processo SEI iniciado, para acompanhamento do feito. Sugere-se que o prazo de acesso seja por tempo indeterminado (sugestão 9999 dias).

5.5. Nome do escritório de advocacia, se houver _____

5.5.1. CNPJ n.º _____

6. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

ATENÇÃO! Caso tenha ocorrido o pagamento de parcela superpreferencial ao beneficiário, os valores a seguir deverão refletir o abatimento desse pagamento, inclusive mediante nova liquidação cuja cópia da memória discriminada deverá ser anexada nesse processo SEI.

6.1. Valor Bruto R\$ _____

O valor bruto corresponde ao somatório dos valores informados abaixo como: valor principal corrigido, valor dos juros moratórios, valor das parcelas SELIC, valor dos juros compensatórios (remuneratórios), e valor das despesas antecipadas/custas/multa, se houver.

6.2. Valor Principal Corrigido R\$ _____

O valor principal corrigido corresponde ao valor devido ao beneficiário sem conter valores de juros, sejam os moratórios ou compensatórios, da parcela corrigida pela taxa SELIC (a qual deverá ser indicada/somada na parte referente aos juros moratórios) e de despesas antecipadas/custas/multa, se houver, bem como não se desconta os valores de IRRF ou de contribuições tais como assistência médica, fundo de aposentadoria, previdenciária.

6.3. Data-base (data correspondente ao termo final utilizado na elaboração da conta de liquidação)

____/____/____

6.4. Descreva o Indexador (índice/fator) de correção monetária (corresponde ao indexador utilizado na data-base), inclusive se for SELIC (Taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) _____

6.5. Existe incidência de juros moratórios? ☐ Sim ☐ Não

SE A RESPOSTA ASSINALADA ACIMA FOR "SIM", INFORME:

6.5.1. Percentual de juros aplicado, exceto no caso da taxa SELIC

☐ Poupança ☐ 0,50% ☐ 1% ☐ Não se aplica

6.5.2. Valor dos juros moratórios (exceto da parcela pela aplicação da taxa SELIC) R\$ _____

6.5.3. Valor da parcela resultante da aplicação da taxa SELIC, inclusive nos casos de juros moratórios sobre os compensatórios, se houver R\$ _____

6.5.4. Valor total dos juros moratórios (somatório dos itens 6.5.2. e 6.5.3.) R\$ _____

6.6. Valor das despesas antecipadas/custas/multa R\$ _____

6.7. Há tributação de imposto de renda sobre o crédito? ☐ Sim ☐ Não

SE A RESPOSTA ASSINALADA ACIMA FOR "SIM", INFORME:

6.7.1. Forma de tributação ☐ Tabela progressiva ☐ Alíquota fixa

7. MONTANTE GLOBAL

7.1. VALOR TOTAL REQUISITADO (corresponde ao valor bruto informado no campo 6.1.) R\$ _____

ATENÇÃO! A memória de cálculo anexada a esta requisição deve corresponder ao valor total requisitado, abrangendo toda sua evolução. Caso mais de um cálculo tenha sido realizado para alcançar o montante requisitado, todos os demonstrativos deverão ser encaminhados. Tratando-se de requisição expedida em favor de sucessor, os valores indicados neste formulário e na memória de cálculo encaminhada deverão corresponder ao quinhão do sucessor, e não ao valor total da condenação.

7.1.1. ID da memória de cálculo _____

Assinatura do(a) Advogado(a)

Número da OAB